

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA COM ÊNFASE EM SURDEZ E LIBRAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA COM ÊNFASE EM SURDEZ E LIBRAS

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
RESUMO
A educação é um meio único para trazer mudanças sociais, porém, devido às diversas mudanças na sociedade, surge a necessidade de introduzir mudanças também no sistema educacional. Neste contexto, as metodologias devem oportunizar o cumprimento dos objetivos desejados. Sendo assim, para que os estudantes se tornem participativos, torna-se fundamental a adoção de metodologias que os envolvam e atividades cada vez mais criativas e elaboradas. Nesse sentido, para tratar dessas possibilidades as Metodologias Ativas se tornam essenciais, pois a partir delas se concebe a sala de aula como um espaço vivo, de trocas, resultados e pesquisas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O QUE É ENSINO? METODOLOGIAS DE ENSINO METODOLOGIAS ATIVAS: CONCEITUAÇÃO SURGIMENTO DAS METODOLOGIAS ATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO
AULA 2 INTRODUÇÃO METODOLOGIAS ATIVAS E TEORIAS DA APRENDIZAGEM APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – CONCEITO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – HISTÓRICO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E SUA RELAÇÃO COM AS METODOLOGIAS ATIVAS
AULA 3 INTRODUÇÃO METODOLOGIAS ATIVAS E FORMAÇÃO DOCENTE METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS METODOLOGIAS ATIVAS E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TIPOS DE METODOLOGIAS ATIVAS
AULA 4 INTRODUÇÃO CULTURA DIGITAL APRENDER COM TECNOLOGIAS: NOVOS CAMINHOS A SALA DE AULA HOJE: ESPAÇOS DIVERSOS METODOLOGIAS ATIVAS, ENSINO A DISTÂNCIA E ENSINO HÍBRIDO
AULA 5 INTRODUÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA O ALUNO E SUA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM

O PAPEL DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
METODOLOGIAS ATIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

AULA 6

INTRODUÇÃO

ESTUDO DE CASO E SALA DE AULA INVERTIDA

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

GAMIFICAÇÃO, DESIGN THINKING E CULTURA MAKER

METODOLOGIAS ATIVAS E AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BASSALOBRE, J. Ética, Responsabilidade Social e Formação de Educadores. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 311-317, mar. 2013.
- BERBÉL, N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. Flip your classroom: Reach every student in every class every day. USA: ISTE, 2012.

DISCIPLINA:

ESTUDOS LINGUÍSTICOS APLICADOS À LIBRAS

RESUMO

Ouvir é uma importante fonte de experiências sociais. Nenhuma incapacidade produz tantas dificuldades específicas em relação à comunicação e à linguagem do que a deficiência auditiva. Aprendemos a falar, a compreender a fala dos outros, a comunicar experiências e ideias; assim, podemos repassar o que ouvimos. Nesta disciplina veremos que é principalmente por meio da audição que adquirimos a linguagem, característica mais marcante ao ser humano. Não ter acesso à linguagem é não desenvolver em toda plenitude a capacidade linguística; é perder o direito de ser pessoa, em toda a abrangência da palavra. Os surdos estabelecem um sistema linguístico e, por meio do processamento das informações visuais-verbais, poderão acessar a simbolização e os conceitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS

MITO: LÍNGUA DE SINAIS ÚNICA E UNIVERSAL

SURDO NO BRASIL

DIA NACIONAL DA LIBRAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

ALGUNS CONCEITOS DE IDENTIDADE E COMUNIDADES SURDAS

CULTURA SURDA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ESCOLAS PARA SURDOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

LITERATURA VISUAL PARA O ENSINO DE LIBRAS

LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS
DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS DE ENSINO DA L1 PARA SURDOS
EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
COMO TRABALHAR COM SURDOS?
BREVE PANORAMA DAS LEIS EM VIGÊNCIA NO BRASIL
O CURRÍCULO E O DECRETO N. 5.626/2005
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PARCERIA ENTRE PROFESSOR E TRADUTOR
INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS)

AULA 5

INTRODUÇÃO
O SURGIMENTO DA PROFISSÃO NO BRASIL
PORTARIA N. 1.679, DE 2/12/1999 – MEC – ACESSO AO ENSINO SUPERIOR,
ATUALIZADA PELA PORTARIA N. 3.284, DE 7/11/2003
PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO
A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ALUNO SURDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF,
- BRITO, K. F. S. et al. Regionalizações e variações linguísticas existentes na língua brasileira de sinais – Libras. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 63., 2011, Goiânia. Anais/Resumos... São Paulo: SBPC/UFG, 2011. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/1245.htm>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Org.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Volume II: Sinais de M a Z. 2. ed. São Paulo, SP: Edusp; Imprensa Oficial; Feneis, 2001.

DISCIPLINA:

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO SOCIAL
BRASILEIRA

RESUMO

Falar sobre a educação especial e a educação inclusiva é sempre um grande desafio. Este tema gera grande discussão e a necessidade cada vez maior de políticas públicas em relação a investimentos na área. A educação especial e a educação inclusiva têm que assegurar o direito de todos na participação efetiva na sociedade. No Brasil temos legislações específicas e uma história marcada por avanços quando nos referimos a esse

tema, mas temos a consciência de que possuímos ainda um longo caminho para buscar a superação de alguns pontos nesse aspecto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A DIFERENÇA E A TRANSIÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

DOCUMENTOS QUE ESTIMULARAM A ADOÇÃO DO PARADIGMA INCLUSIVO
A INCLUSÃO E O NOVO OLHAR SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ALGUMAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS NAS ESCOLAS PARA O CONTEXTO INCLUSIVO

AULA 2

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DIRETRIZES
INCLUSÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A IGUALDADE E DIVERSIDADE
PRINCÍPIOS PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO ESCOLAR E CONTEMPLAR A DIVERSIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA E SOCIEDADE INCLUSIVA
CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA
O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EMPREGABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
A INCLUSÃO DO ALUNO COM DISLEXIA
A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

AULA 5

INTRODUÇÃO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
DESENHO UNIVERSAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA
VALIAÇÃO TRADICIONAL VERSUS AVALIAÇÃO INCLUSIVA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA INCLUSIVA

AULA 6

INTRODUÇÃO

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

COMPOSIÇÃO E TIPOS DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

BIBLIOGRAFIAS

- BLANCO, R. Aprendendo na diversidade: implicações educativas. In: Congresso Ibero Americano De Educação Especial, 3., 1998, Foz do Iguaçu. Anais... Disponível em: <http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20-%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.
- GUEBERT, M. C. C. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba: IBPEX, 2007.
- RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: _____. (Org.). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto, 2006.

DISCIPLINA:

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E SURDOCEGUEIRA

RESUMO

O atual contexto, tanto social quanto educacional, denota a necessidade do reconhecimento das diferenças e da diversidade. No caso das pessoas Surdas, um dos maiores obstáculos para a efetivação dos seus direitos é reconhecer a Língua e Cultura como aspectos fundamentais na constituição desse sujeito, que, por muitos anos, foi privado da comunicação na sua Língua natural – a Língua de Sinais, de forma que os aspectos fisiológicos eram considerados em detrimentos dos sociais e culturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CAUSAS E PREVENÇÕES DA SURDEZ

SURDEZ NO MUNDO

SURDEZ NO BRASIL

ASPECTOS LEGAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

CONCEITOS, REGRAS E ESTRUTURA DA LIBRAS

O PAPEL DA COMUNIDADE SURDA

VIVÊNCIAS E RELATOS DE SURDOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

REGRAS DE LINGUAGEM APLICADAS NAS LÍNGUAS DE SINAIS

BILINGUISMO

INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA SURDA

O SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

AULA 4

INTRODUÇÃO

LEIS QUE ASSEGURAM O ACESSO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

ADAPTAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO PARA AS PESSOAS SURDAS

ADAPTAÇÕES NA SOCIEDADE PARA PESSOAS SURDAS

OS AVANÇOS QUE AS ADAPTAÇÕES TROUXERAM PARA A SOCIEDADE OUVINTE

AULA 5

INTRODUÇÃO

RECONHECIMENTO DA SURDEZ EM PESSOAS ADULTAS

INTERVENÇÕES E REABILITAÇÕES PARA PESSOAS SURDAS

TRANSTORNOS ASSOCIADOS À SURDEZ

O PAPEL DA FAMÍLIA APÓS O DIAGNÓSTICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

A COMUNICAÇÃO NO ATENDIMENTO À SAÚDE DE PESSOAS SURDAS

DIREITOS GARANTIDOS POR LEI PARA PESSOAS SURDAS

CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA PESSOA SURDA

SURDO OU DEFICIENTE AUDITIVO: A NOMENCLATURA CORRETA

BIBLIOGRAFIAS

- BARROS, J. P.; HORA, M. M. Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social. Monografia de Serviço Social UFPE. Recife, 2009.
- LANE, H. Do deaf people have a disability? In: H-Dirksen L. Bauman (Org.), Open your eyes: Deaf studies talking. Minneapolis: University of Minnesota. 2008.
- SCHEMBERG, S. Educação escolar e letramento de surdos: reflexões a partir da visão dos pais e professores. Dissertação de Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2008.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

RESUMO

Iremos discutir alguns aspectos históricos e conceituais acerca das tecnologias de uma forma geral, para que possamos refletir sobre as tecnologias assistivas, que se mostram como artefatos que viabilizam autonomia e acessibilidade para pessoas com deficiência. Ao tratar dessa temática, é importante pensar sobre o papel da tecnologia no nosso próprio cotidiano, na sociedade e nas diferentes culturas. Da mesma forma, é necessário compreender o quanto os recursos tecnológicos influenciam nossas vivências, nossos relacionamentos e as formas de interagirmos uns com os outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É TECNOLOGIA ASSISTIVA?

BREVE HISTÓRICO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DESENHO UNIVERSAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

AEE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

AEE PARA ESTUDANTES COM TEA

AEE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

SISTEMAS GRÁFICOS

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E SISTEMAS PARA CAA

AULA 5

INTRODUÇÃO

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

AUDIODESCRIÇÃO E CÃO-GUIA

PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA E DEFICIÊNCIA VISUAL

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA ÁREA DA SURDEZ

AULA 6

INTRODUÇÃO

ÓRTESES

PRÓTESES E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO

ADAPTAÇÕES NO COMPUTADOR

PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA ACESSIBILIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- GALVÃO FILHO, T. Tecnologia assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.;
- POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012. p. 65-92.

DISCIPLINA:

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RESUMO

A deficiência visual, no Brasil, está presente em cerca de 18% da população, de acordo com o Censo de 2010. Dentre as pessoas que compõem a população brasileira, 24% declararam ter algum tipo de deficiência, sendo que, dessas, mais de 78% têm deficiência visual, ou seja, a maior parcela de pessoas com deficiência em nosso país é composta por deficientes visuais (IBGE, 2010). Esses dados mostram um número expressivo de pessoas que necessitam de melhores condições de vida, no que se refere a acessibilidade, reabilitação, lazer ou convivência social, ou seja, há uma parcela significativa da população que precisa de atendimento na área de deficiência visual. No decorrer da história da humanidade, a deficiência foi percebida de diversas formas e as pessoas com deficiência foram, por muito tempo, excluídas da sociedade, confinadas e até mortas, por serem consideradas inaptas para o convívio social. A deficiência, caracterizada por uma alteração anormal de uma estrutura física, sensorial ou patológica, quando ocorre no sistema óptico

humano, pode causar a cegueira total, ou apresentar limitações severas, evidenciando a baixa visão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA
CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL
PRINCIPAIS CAUSAS DA DEFICIÊNCIA VISUAL
DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL E NO MUNDO

AULA 2

O DEFICIENTE NA HISTÓRIA
SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL
A EDUCAÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL
INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO

AULA 3

O PROCESSO ALFABETIZAÇÃO E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
O SISTEMA BRAILLE
MÃOS QUE LEEM
A ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA BRAILLE
MAIS RECURSOS PARA AUXILIAR A ALFABETIZAÇÃO EM BRAILLE

AULA 4

TECNOLOGIA ASSISTIVA
TIFLOTECNOLOGIA
RECURSOS PARA A PESSOA COM BAIXA VISÃO
RECURSOS FACILITADORES POR MEIO DA AUDIÇÃO
RECURSOS TÁTEIS – A VISÃO NA PONTA DOS DEDOS

AULA 5

OM – O QUE É? PARA QUE SERVE?
CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA APRENDIZAGEM DE OM
DESENVOLVIMENTO DAS OUTRAS PERCEPÇÕES PARA OM
PROGRAMAS DE OM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
OM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

AULA 6

PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO VISUAL
AVALIANDO A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
ESTIMULAÇÃO PRECOCE: QUANTO ANTES, MELHOR!
PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO
PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO VISUAL

BIBLIOGRAFIAS

- ACSM – American College of Sports Medicine. ACSM's exercise management for person with chronic diseases and disabilities. USA: Human Kinetics, 1997.
- BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

- BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. da. Colaboração: Instituto Benjamin Constant. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. vol. 1, fascículos I – II – III. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, BIOLÓGICOS E LEGAIS DA SURDEZ

RESUMO

Nesta aula trataremos das questões relacionadas à aprendizagem, em especial seus aspectos psicológicos, com ênfase no aspecto afetivo, que envolve a identidade do aluno e sua interação com o grupo, bem como as diversas teorias que representam as formas de aprendizagem que a pessoa desenvolve no decorrer de sua vida, principalmente quando ingressa na escola, para adquirir um conhecimento sistematizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

TEORIA DO CONSTRUTIVISMO PSICOGENÉTICO (JEAN PIAGET)

TEORIA SOCIOINTERACIONISTA OU CONSTRUTIVISMO (LEV VYGOTSKY)

TEORIA DA AFETIVIDADE (HENRI WALLON)

TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS (HOWARD GARDNER)

AULA 2

INTRODUÇÃO

DEFICIÊNCIA FÍSICA NEUROMOTORA

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SÍNDROME DE DOWN

MICROCEFALIA E SÍNDROME DE GUILLAN-BARRÉ (VÍRUS ZIKA)

AULA 3

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM?

ENVOLVENDO A LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA

ENVOLVENDO A LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA

ENVOLVENDO A MATEMÁTICA

AULA 4

INTRODUÇÃO

TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

SÍNDROME DO DESENVOLVIMENTO DESINTEGRATIVO DA INFÂNCIA (SÍNDROME DE HELLER)

TDAH (TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE)

DEPRESSÃO INFANTIL

AULA 5

INTRODUÇÃO

FATORES PRÉ-NATAIS

FATORES PERINATAIS

FATORES NEONATAIS

FATORES PÓS-NATAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO

RESPEITO À DIVERSIDADE E CIDADANIA

AMBIENTE EM QUE O ALUNO VIVE/CURRÍCULO DA ESCOLA INCLUSIVA

PROFESSOR COMO MEDIADOR

AUTONOMIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DO PORTADOR DE

DEFICIÊNCIA/TRANSTORNO

BIBLIOGRAFIAS

- BALESTRA, M. M. M. A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade. Curitiba: Ibpex, 2007.
- CARMO, J. dos S. Fundamentos psicológicos da educação. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Psicologia em Sala de Aula).
- FERRARI, M. Howard Gardner, o cientista das inteligências múltiplas. Nova Escola, 1 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1462/howard-gardner-o-cientista-das-inteligencias-multiplas>. Acesso em: 5 abr. 2019.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Discutir políticas sociais para pessoas com deficiência e pessoas idosas faz parte do cotidiano do assistente social nos mais variados espaços de atuação profissional, pois trata-se de uma temática que permeia todos os espaços sociais. Seja em políticas como saúde, assistência social, previdência social e educação, seja em espaços como empresas, judiciário e terceiro setor, as pessoas com deficiência e idosas estão inseridas.

Nesse sentido, conhecer esse público – sua realidade, particularidades, conceitos e legislações – é relevante para toda a sociedade, bem como para os profissionais do Serviço Social que trabalham diretamente com essas demandas e devem estar preparados para atender e facilitar o acesso à informação e direitos desse público nos mais variados espaços. Assim, o assistente social busca a compreensão das pessoas idosas e com deficiência em sua integralidade, identificando sua realidade social, cultural, econômica, política e histórica, que impacta diretamente no cotidiano das pessoas e no acesso aos bens, serviços, direitos etc. Não podemos categorizar esse público com base em apenas um viés ou uma definição unilateral, mas compreender que aspectos como os econômicos e os sociais impactam diretamente na vida dessas pessoas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POR QUE DISCUTIR PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

COMPREENDENDO A REALIDADE BRASILEIRA

CONCEITUANDO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

CONCEITUANDO PESSOA IDOSA

CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

TRANSPONDO AS BARREIRAS DO PRECONCEITO

O IMPACTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO E RELAÇÕES SOCIAIS

PROTEÇÃO SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 3

A ACESSIBILIDADE
AUTONOMIA
INCLUSÃO SOCIAL
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 4

O ENVELHECIMENTO NO BRASIL
TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO DE PESSOA IDOSA
A DESIGUALDADE SOCIAL E O ENVELHECIMENTO
HISTÓRICO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO IDOSO
PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS

AULA 5

DIREITOS HUMANOS DO IDOSO
POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO
ESTATUTO DO IDOSO
POLÍTICAS SOCIAIS E O IDOSO
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

AULA 6

DIVERSIDADE: PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA
SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DO IDOSO
ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

BIBLIOGRAFIAS

- BAMPI, L. N. da S.; GUILLEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 18, n.4, Ribeirão Preto, 2010.
- BITENCOURT, R. O. M. de. Políticas de assistência e previdência social voltadas à pessoa idosa: um estudo nos municípios do conselho regional de desenvolvimento do litoral norte/RS – Corede Litoral. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Defesa: Curitiba. 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.754, de 31 de outubro de 2003. Altera a Lei n. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

DISCIPLINA:

FUNÇÕES COGNITIVAS, SENSORIAIS E MOTORAS

RESUMO

Qual é a relação da motricidade com os processos do pensamento? O comportamento motor tem, diretamente, uma relação com as emoções, a afetividade, o social? A resposta assertiva para essas questões é sim. O motivo que se pode investigar é que há uma interligação do pensar e da efetividade motriz. Para Wallon (Fonseca, 2008, p.15-16), a motricidade corresponde à primeira sequência paralela e simultânea que é criada estruturalmente relacionada com o meio, e é considerada um instrumento essencial dos processos de pensamento e suas interações com a vida de um modo geral. Outro ponto importante também citado por Fonseca (2008, p. 16-17) são as fases de maturação biológica referentes ao movimento e ao pensamento, desde os meses iniciais de vida, bem como na primeira fase do bebê na qual ele passa de deitado para sentado. Posteriormente, ele evolui do sentar para o engatinhar, em seguida para o andar e o correr, mas isso ocorre de acordo com a maturação e o envolvimento do ser junto ao meio social, ou seja, há uma demanda do ambiente por meio da influência de outros humanos ou até mesmo de estímulos relacionados a objetos, como brinquedos, roupas e outros acessórios, uma vez que a criança procura se relacionar com os objetos, o que é uma sociointeração, e, assim, tem construções de pensamento. A partir disso, tem uma maturação de outros processos cognitivos, como linguagem, memória, atenção, percepção, planejamento etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR E O APRENDIZADO EM DIVERSOS CONTEXTOS

ASPECTOS NEUROBIOLÓGICOS DO COMPORTAMENTO MOTOR

EMOÇÕES, AFETIVIDADE E O COMPORTAMENTO MOTOR

PROCESSOS INTEGRADORES DA LINGUAGEM E O DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS E PSICOMOTRICIDADE

AULA 2

LUDICIDADE E PSICOMOTRICIDADE

PSICOGÊNESE, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET AO PROCESSO NEUROPSICOMOTOR

APRENDIZAGEM E COORDENAÇÃO MOTORA FINA

PLASTICIDADE CEREBRAL E COMPORTAMENTO NEUROPSICOMOTOR

AULA 3

PROCESSOS COGNITIVOS E COMPORTAMENTO MOTOR: PENSAR, AGIR E EXECUÇÃO

BRINCADEIRA É COISA SÉRIA PARA A MENTE: QUANDO O BRINCAR CONTRIBUI PARA A MOTRICIDADE

EDUCAÇÃO PSICOMOTORA E SUAS HABILIDADES MENTAIS VISUAIS

PSICOMOTRICIDADE E FUNCIONAMENTO CORTICAL: INTEGRAÇÃO BIOLÓGICA E O SOCIAL

PSICOMOTRICIDADE, PROCESSOS COGNITIVOS E NEUROFUNCIONALIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA RUSSA

AULA 4

NEUROPSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL: UM PREPARO PARA AS DEMAIS FASES DO DESENVOLVIMENTO

NEUROPSICOMOTRICIDADE, APRENDIZAGEM E ENVELHECÊNCIA

INTERVENÇÕES PSICOMOTORAS NAS FASES DO DESENVOLVIMENTO EM
RELAÇÃO À DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
TRANSTORNOS DE COORDENAÇÃO MOTORA E O APRENDER
DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

AULA 5

NEUROPSICOMOTRICIDADE NO CONTEXTO FAMILIAR
NEUROPSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO
ESCOLAR
NEUROPSICOMOTRICIDADE, DEFICIÊNCIA MOTORA E ATIVIDADE FÍSICA
DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR NA MÚSICA
ATIVIDADE NEUROPSICOMOTORA, CRIATIVIDADE E JOGOS

AULA 6

PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL E OS PROCESSOS PSICOLÓGICOS
PSICOMOTRICIDADE E NEUROCIÊNCIAS
PSICOMOTRICIDADE E NEUROPSICOLOGIA
PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOMOTRICIDADE
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO, ADAPTAÇÃO, APRENDIZAGEM E
PSICOMOTRICIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- COSENZA, R.; GUERRA, L. Neurociência e educação. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GAZZANIGA, M. S. Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 314 – 341.
- LEDOUX, J. O que o amor tem a ver com isso? In: O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 11-20.

DISCIPLINA:

DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

RESUMO

Esta disciplina vislumbra pensar o aluno adulto. Isto pressupõe que não se refere a qualquer aluno em que as condições supostamente concretas de ensino e de aprendizagem estejam dadas, em considerando a compreensão da idade escolar. Trata-se do aluno trabalhador, em relação ao qual algumas possibilidades reais devem ser pensadas e consideradas no que tange à abordagem metodológica. Para tanto, a aprendizagem dos conceitos, como corpo teórico dessa abordagem, também é a que se propõe a partir da concepção do aluno referenciado, situado concretamente e contextualizado historicamente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SOBRE O ATO DE EDUCAR E ENSINAR
DIMENSÃO CONTRADITÓRIA: TRABALHO VERSUS EMPREGO
S REFORMAS EDUCACIONAIS SOB O MODO DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL E AS
DEMANDAS SOBRE O ALUNO TRABALHADOR
AS RELAÇÕES HUMANAS PARA E NO MUNDO DO TRABALHO: UMA FORMAÇÃO
HUMANA PARA ALÉM DO DISCURSO DE EMPREGABILIDADE
O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO OMINILATERAL

AULA 2

A MEDIAÇÃO COMO ATO INTENCIONAL DA PRODUÇÃO DA HUMANIDADE E

APROPRIAÇÃO CULTURAL

O PAPEL DOS MEDIADORES NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES MENTAIS SUPERIORES E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL
O PAPEL DO CONHECIMENTO E DO OUTRO COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM, DE HUMANIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
OS MEDIADORES DA INTELIGÊNCIA SEGUNDO REUVEN FEUERSTEIN
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E DA CULTURA NA DEFINIÇÃO DO CURRÍCULO

AULA 3

PÓS-DÉCADA DE 1930 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL COM BASE NA LDBEN
A NECESSIDADE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA FORMAÇÃO DO ADULTO TRABALHADOR
A FORMAÇÃO DE ADULTOS NA DITADURA MILITAR
A ABERTURA DEMOCRÁTICA

AULA 4

ANDRAGOGIA: O MÉTODO
ANDRAGOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EDUCAÇÃO DE ALUNOS ADULTOS E PEDAGOGIA FREIREANA COMO MÉTODO E CONTEÚDO
METACOGNIÇÃO

AULA 5

AS RELAÇÕES FILOSÓFICAS
O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL
A POLITECNIA
EM CONSONÂNCIA OU NÃO COM A POLITECNIA

AULA 6

DE QUE FORMA O CONHECIMENTO PODE SE ORGANIZAR NO CURRÍCULO, CONCEBENDO A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR?
PROJETOS DE APRENDIZAGEM COMO ALTERNATIVA PARA METODOLOGIAS ATIVAS E “INTERACIONISTAS”
AS METODOLOGIAS ATIVAS NA SALA DE AULA E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS
A SALA DE AULA INVERTIDA

BIBLIOGRAFIAS

- KOSIK, K. A dialética do concreto. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.
- MARRACH, S. A. Educação e Neoliberalismo. In: _____. Infância, neoliberalismo e educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- SEVERINO, A. J. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo: EPU, 1986.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível

nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES

SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO

REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96

LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS

DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS
A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO
BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, 2013. 562 p.
- CURY, C. R. J. Os desafios e as perspectivas do regime de colaboração e do regime de cooperação no sistema nacional de educação. In: FERREIRA, N. S. C.;
- FONTANA, M. I.; SALOMÉ, J. S. (Org.). Políticas públicas e gestão democrática da educação: desafios e compromissos. v. 2. Curitiba: CRV, 2016.

DISCIPLINA:

CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

RESUMO

Para que entender melhor e planejar nossas ações diante dos processos inclusivos no cenário contemporâneo, faz-se necessária a compreensão de alguns aspectos do percurso da Educação Especial no Brasil, isto é, quem são os agentes nesse processo, quais são as bases curriculares e o que podemos definir como Educação Especial. Desse modo, apresentamos algumas considerações relacionadas à breve contextualização histórica da Educação Especial no Brasil, como essa prática se configura na contemporaneidade, o papel da escola nesse cenário, como se apresentam planejamento, currículo e administração escolar e, ainda, quais são as estratégias da didática e da ação docente na Educação Especial inclusiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O BRASIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE

COMO A ESCOLA PODE SER EFICAZ PARA TODOS: PLANEJAMENTO E

CURRÍCULO ESCOLAR

DIDÁTICA E AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO ESTÍMULO ÀS TROCAS DE APRENDIZAGENS

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE TGD E TEA

O TGD SEGUNDO ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

PLANEJAMENTO, CURRÍCULO ESCOLAR E TGD

DIDÁTICA, AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E TEA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O TEA: ALÉM DA SALA DE AULA

AULA 3

INTRODUÇÃO

TIPOS DE TDAH

AMOS CONVERSAR SOBRE HIPERATIVIDADE, DESATENÇÃO E IMPULSIVIDADE?

CARACTERÍSTICAS NA ESCOLA

ATITUDES EM SALA PARA OS PROFESSORES E PAIS

LEGISLAÇÃO: PROJETO DE LEI

AULA 4

INTRODUÇÃO

VOCÊ CONHECE OS SURDOS?

DEFICIÊNCIA FÍSICA. VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO!

DEFICIÊNCIA VISUAL

APRENDER A INCLUIR: UM DOS EXERCÍCIOS DE CIDADANIA

AULA 5

INTRODUÇÃO

ALTAS HABILIDADE/SUPERDOTAÇÃO: CONCEITO

CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO COM ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO:
ESCOLA

LEGISLAÇÃO: LEI Nº 12.796, DE 2013

E COMO FICA O EMOCIONAL?

PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM NOSSA SOCIEDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO

CURRÍCULO FUNCIONAL NA INCLUSÃO E NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ESCOLA INCLUSIVA

DIDÁTICA E AÇÃO DOCENTE PARA O PLANEJAMENTO DO CURRÍCULO
FUNCIONAL

ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES DE VIDA PRÁTICA

O QUE SÃO AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS?

BIBLIOGRAFIAS

- ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. São Paulo: Artmed, 2014.
- MATERIAIS adaptados ajudam a incluir. Nova Escola – Gestão, 1 jul. 2012. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/350/materiaisadaptados-ajudam-a-incluir>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.